

Política.

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



Após 15 dias de recesso, a Assembleia Legislativa retoma os trabalhos hoje; projeto de reestruturação do Judiciário deve ser votado e aprovado

ASSEMBLEIA MUDANÇA NO JUDICIÁRIO DEVE SER APROVADA

Apesar da polêmica, integração de comarcas deve passar

✎ VINÍCIUS VALFRÉ
@redgazeta.com.br

A Assembleia Legislativa, após 15 dias de recesso, retoma os trabalhos hoje, garantindo que votará e aprovará o projeto de reestruturação do Judiciário, que foi adiado na sessão anterior ao intervalo.

Parlamentares afirmam haver consenso para aprovação da matéria, embora prefeitos do interior do Estado e a Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB/ES) se manifestem contrários.

O projeto permite que o Tribunal de Justiça (TJES) integre duas ou mais comarcas por meio de resolução e não mais por meio de lei. A mudança preocupa

prefeitos, que temem fechamento das comarcas das suas cidades. Para a OAB, a integração por meio de resolução é “cheque em branco” para o Judiciário.

ANÁLISE

Antes do recesso, o deputado Elcio Alvares (DEM) pediu vista do projeto na Comissão de Justiça. O demista promete para hoje parecer favorável à matéria. Para isso, acrescentará emenda que, expressamente, proíbe extinção de comarcas.

“Não aprovaria um projeto para prejudicar a minha Casa. Elenquei 12 pontos positivos”, disse.

Elcio já debateu com o presidente do TJES, de-

sembargador Sérgio Bizozotto, e com o presidente da Assembleia, deputado Theodorico Ferraço (DEM).

“O projeto é benéfico. Não há motivo para preocupação, nem de advogado nem de prefeito. Ele está sendo mal interpretado por quem não quer que o TJES faça reforma modernizadora”, declarou Ferraço, que não descarta convocar uma sessão extraordinária para aprovar a matéria ainda hoje.

Para o Executivo, a reestruturação, como está, não preocupa e pode ser aprovada, confirmou o líder do governo na Assembleia, deputado Vandinho Leite (PSB).

Hércules Silveira (PMDB) também participou de discussões sobre o

projeto durante o recesso. “A dúvida maior era a extinção de comarcas, mas agora parece haver consenso para a aprovação”, frisou.

O projeto de lei, encaminhado à Assembleia pelo TJES, ainda cria 100 cargos comissionados de assessores de juízes e extingue 387 funções gratificadas. Parlamentares dizem que a matéria não trará aumento de gastos. Ela ainda tramitará pelas comissões de Finanças e de Cidadania.

“Não podemos deixar brecha para fechamento de comarcas no futuro, mas expectativa é de que passe também pela Finanças”, disse o presidente da comissão, deputado Dary Pagung (PRP).

Theodorico quer manter ritmo

✎ Com o fim do recesso, o presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM), não acredita que o pleito prejudicará o rendimento do Legislativo no período eleitoral. Ele abriu mão de medidas para manter a produtividade. “Pelo que tenho conversado com os deputados, todos estão comprometidos com suas obrigações”, diz.

PRESSÃO

O presidente da OAB, Homero Mafra, ainda acredita na suspensão do projeto e vai à Assembleia hoje tentar convencer deputados a adiarem a votação.

“Não entendo porque o tribunal insiste em fazer por meio de resolução. Também não entendo a pressa nesse projeto”, comenta. Ele não descarta, se não houver diálogo, medidas judiciais contra o projeto.

No fim de semana, circularam informações de que ônibus, com munícipes, virão de Santa Leopoldina a Vitória para acompanhar a sessão, às 15 horas, e pressionar deputados a adiarem a votação do projeto de reestruturação do Judiciário.